



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região

Carta de Ordem Cível 0001393-33.2015.5.17.0002

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 09/09/2015

Valor da causa: R\$ 60.000,00

Partes:

ORDENANTE: CONSORCIO CR ALMEIDA - EMPA - CONSTRUCAO DO ESTALEIRO
JURONG ARACRUZ - EJA

ORDENANTE: CARIOCA CHRISTIANI NIELSON ENGENHARIA SA
ADVOGADO: STEPHAN EDUARD SCHNEEBELI

ORDENANTE: GALPOTEC CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA

ORDENANTE: NASCIMENTO PREMOLDADOS LTDA

ORDENANTE: LOYMAN ASSESSORIA E MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA

ORDENANTE: MEDISA METALMECANICA EIRELI ME

ORDENADO: SIND TRAB IND C CIVIL M E P PAVIMENTACAO E TERRAPLANAGE
ADVOGADO: GLAUCIO ESPINDOLA GONCALVES

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
2ª Vara do Trabalho de Vitória

ENDEREÇO: AVENIDA CLETO NUNES, 85, 5º andar, PARQUE MOSCOSO,
VITORIA/ES - CEP: 29018-906



EMAIL: vitv02@trtes.jus.br

CartOrdCiv 0001393-33.2015.5.17.0002

ORDENANTE: CONSORCIO CR ALMEIDA - EMPA - CONSTRUCAO DO
ESTALEIRO JURONG ARACRUZ - EJA, CARIOCA CHRISTIANI NIELSON
ENGENHARIA SA, GALPOTEC CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA,
NASCIMENTO PREMOLDADOS LTDA, LOYMAN ASSESSORIA E MONTAGEM
INDUSTRIAL LTDA, MEDISA METALMECANICA EIRELI ME
ORDENADO: SIND TRAB IND C CIVIL M E P PAVIMENTACAO E
TERRAPLANAGE

DFA

EDITAL DE LEILÃO

Em face da pandemia do coronavírus COVID 19, que impõe maiores restrições à circulação e impede a realização de diversas atividades presenciais, especialmente às que impliquem aglomerações;

A Excelentíssima Juíza da 2ª Vara do Trabalho de VITÓRIA/ES, FAZ SABER que o leiloeiro designado, Sr. SUED PETER BASTOS DYNA, levará a público pregão, os bens abaixo relacionados, mediante as seguintes condições:

O leilão ocorrerá na modalidade **ELETRÔNICA** de alienação, no ambiente do site **www.suedpeterleiloes.com.br**, tendo sua abertura no dia 03/11/2020 a partir das 15h e encerramento no dia 24/11/2020 a partir das 15h.

Para ofertar lances os interessados deverão se cadastrar previamente no site acima citado e encaminhar os documentos para análise e liberação do cadastro, ao leiloeiro, conforme as normas estabelecidas no site.

Serão admitidos lances com valor inferior ao da avaliação, desde que não seja considerado preço vil (50%) (Art. 891, *caput* e Parágrafo Único do CPC/2015).

O produto da alienação deverá ser pago pelo arrematante em até 24 horas a partir da data do encerramento do leilão, através de guia judicial vinculada ao processo, a qual será emitida pelo leiloeiro.

O arrematante pagará à vista, em até 24 horas a partir da data do encerramento do leilão, comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, ao leiloeiro.

O leiloeiro prestará contas do leilão em até dois dias úteis subsequentes ao depósito do lance feito pelo arrematante, nos termos do art. 884, § V do CPC/2015.

Os lances serão preferencialmente pagos à vista.

Não havendo licitantes que ofertem o lance à vista, será admitido parcelamento nos termos do Art. 895, do CPC/2015.

Ficam cientes as partes de que, havendo acordo, pagamento ou adjudicação, que cancelem a realização do leilão já publicado, a comissão do leiloeiro ficará reduzida a 2,5% sobre o valor da avaliação do bem, ou, se esta for muito superior ao montante da dívida, sobre o valor desta última, com as despesas a cargo do executado, exceto no caso de adjudicação, hipótese em que o ônus será do exequente.

Quando se tratar de bens móveis, fica o leiloeiro autorizado a efetuar a remoção dos mesmos, respondendo, a partir da respectiva remoção, pelo encargo de fiel depositário. (Art. 740, § 2º CPC /2015 e Art. 159 CPC/2015).

O local para onde serão removidos os bens, bem como, o valor que será cobrado pelo armazenamento, deverá ser imediatamente comunicado ao Juízo.

O pagamento dos valores devidos pelo armazenamento ficará a cargo do(a) Executado(a) (Art. 789-A, VIII, da CLT), exceto no caso de arrematação do(s) bem(ns), hipótese em que essa despesa será quitada com parte do valor arrecadado.

O(a) executado(a) não poderá impedir o leiloeiro e/ou seu representante legal de vistoriar e fotografar e, se entender necessário, remover os bens penhorados, ficando desde já, advertida de que a obstrução ou impedimento constitui crime, nos termos do artigo 330 do Código Penal.

O leiloeiro deverá informar imediatamente a este Juízo, por e-mail, eventual tentativa de obstrução do seu trabalho, a fim de que seja expedido, também de imediato, mandado judicial para que o Oficial de Justiça acompanhe o leiloeiro para dar cumprimento à remoção de bens, vistoria ou outra medida que seja necessária para viabilizar a hasta pública. No mandado constará a determinação para requisição de força policial, pelo Oficial de Justiça, caso entenda necessário.

Descrição do(s) bem(ns):

- 01 veículo VW/ Novo Gol TL, placa PPN 9024 ES, chassi 9BWAB45UXH005796, Flex, ano /modelo 2016/2017, cor vermelha, em regular estado, R\$ 29.000,00

- 01 veículo VW/ novo Gol TL, placa PPN 8951 ES , chassi 9BWAB45UXHP005846, Flex, ano /modelo 2016/2017, cor vermelha, em regular estado, R\$ 29.000,00

Valor da avaliação: R\$ 58.000,00

Localização do(s) bem(ns): Rua Pereira Pinto, 37, Centro, Vitória-ES

Fiel depositário: Miguel Ferreira Junior

Valor de Execução: R\$ 41.360,94

O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado de conservação em que se encontrar(em), não cabendo à Justiça e/ou ao Leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências para o transporte daquele(s) arrematados.

Em caso de arrematação, assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretroatável. (Art. 903, CPC/2015)

O prazo para apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos de expropriação começará a contar após a assinatura do Auto pelo Leiloeiro, pelo Arrematante e pelo Juiz, independentemente de intimação.

A Arrematação é forma de aquisição originária, sobre a qual não deve recair qualquer dívida anterior, pois estas se subrogam no preço da arrematação. (Parágrafo único Art. 130 CTN e Art. 908, § 1º do CPC/2015)

Atendendo ao princípio da ampla publicidade (Art. 887, § 2º do CPC/2015) este edital será publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), no sítio eletrônico do leiloeiro nomeado www.suedpeterleiloes.com.br e também afixado na sede do juízo.

Caso algumas das partes se encontre em local incerto e não sabido, **ESTE EDITAL SERVIRÁ COMO INTIMAÇÃO** (Art. 889, Parágrafo único, CPC/2015).

VITORIA/ES, 30 de setembro de 2020.

CLAUDIA VILLACA POYARES
Juiz(íza) do Trabalho Titular



Assinado eletronicamente por: CLAUDIA VILLACA POYARES - Juntado em: 30/09/2020 16:46:07 - eb0893e
<https://pje.trt17.jus.br/pjekz/validacao/20093016234314500000021094465?instancia=1>
Número do processo: 0001393-33.2015.5.17.0002
Número do documento: 20093016234314500000021094465